

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.482 - MG (2019/0047028-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : GUILHERME JUNIO CAMPOS (PRESO)
RECORRENTE : LUIZ FELIPE ALVES CARDOSO (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

GUILHERME JUNIO CAMPOS e LUIZ FELIPE ALVES CARDOSO – condenados pela prática do delito do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 –, tiveram negado o direito ao recurso em liberdade, alegam sofrer constrangimento ilegal diante do acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** no HC n. 1.0000.18.121371-1/000.

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, anoto que o Magistrado de primeira instância, ao indeferir o direito dos acusados ao recurso em liberdade, destacou o fato de ambos **não haverem sido encontrados para interrogatório e de serem reincidentes**.

Tais circunstâncias evidenciam, à primeira vista, o *periculum libertatis*, a ensejar, por conseguinte, a manutenção da custódia cautelar para a **garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal**, além de inviabilizar a substituição da prisão por medidas diversas.

À vista do exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade coatora, cuja resposta deverá ser remetida **via malote digital**.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**